



Maria Cristina Cesar de Oliveira

## PRINCÍPIOS JURÍDICOS E JURISPRUDÊNCIA SOCIOAMBIENTAL

*Área específica*  
Direito

*Áreas afins*  
Ciência Política  
Relações Internacionais

386 páginas  
ISBN 978-85-7700-262-7  
Formato: 17x24 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

A questão ambiental permeia os mais variados escaninhos do conhecimento humano. Nesse sentido, a perspectiva do direito constitui uma das áreas de abrangência da matéria. O presente estudo é de cunho eminentemente jurídico e tem por escopo examinar, à luz dos princípios jurídicos, o perfil da jurisprudência que vem sendo produzida por tribunais de justiça integrantes de sistemas judiciais internacionais e sistemas internos — europeu e interamericano — relativamente à proteção ambiental, compreendida como direito fundamental à sadia qualidade de vida.

### **Maria Cristina Cesar de Oliveira**

Doutora em Direito pela UFPA;  
Mestre em Direito (Instituições Jurídico Políticas) pela UFPA;  
Pesquisadora visitante – Estágio Doutoral nas Universidades de Coimbra/Portugal e de Externado/Colômbia;  
Professora adjunta de Direito Administrativo e Direito Ambiental da UFPA;  
Procuradora-Geral da UFPA;  
Consultora jurídica do Estado do Pará;  
Secretária Executiva do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.

## SUMÁRIO DO LIVRO:

Lista de quadros

### *Capítulo 1*

Introdução

#### PRIMEIRA PARTE

### *Os Princípios Jurídicos e a Questão Ambiental*

#### *Capítulo 2*

Um estudo sobre princípios jurídicos

#### *Capítulo 3*

A questão ambiental

#### SEGUNDA PARTE

### *Sistemas Internacionais e Internos de Proteção Judicial do Meio Ambiente como Direito Fundamental*

#### *Capítulo 4*

Sistema de proteção do meio ambiente no Direito Comunitário Europeu

#### *Capítulo 5*

O sistema de proteção judicial do meio ambiente e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos

#### *Capítulo 6*

O sistema de proteção judicial do meio ambiente e a Corte Interamericana de Direitos Humanos

#### *Capítulo 7*

A proteção judicial do meio ambiente e o Tribunal Constitucional português

#### *Capítulo 8*

A proteção judicial do meio ambiente e a Corte Constitucional da Colômbia

#### *Capítulo 9*

O sistema de proteção judicial do meio ambiente, no Brasil, e o Supremo Tribunal Federal – STF

#### *Capítulo 10*

Síntese comparativa entre os sistemas internacionais de proteção judicial do meio ambiente e entre os sistemas internos de proteção judicial do meio ambiente

#### *Capítulo 11*

Conclusão

Referências

#### ANEXOS

ANEXO A – Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias – TJCE – Jurisprudência Ambiental

ANEXO B – Tribunal Europeu de Direitos Humanos - TEDH – Jurisprudência Ambiental

ANEXO C – Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH – Jurisprudência Ambiental

ANEXO D – República Portuguesa – Tribunal Constitucional – Jurisprudência Ambiental Tribunal Constitucional - Portugal – Jurisprudência Ambiental

ANEXO E – República da Colômbia – Corte Constitucional – Jurisprudência Ambiental – Corte Constitucional Colombiana

ANEXO F – República Federativa do Brasil – Supremo Tribunal Federal – Jurisprudência Ambiental

Índice